

**DETERMINAÇÕES DO CAPITAL, EMPRESARIAMENTO E EDUCAÇÃO PÚBLICA NO  
BRASIL**

**DETERMINACIONES DE CAPITAL, “EMPRESARIAMENTO” Y EDUCACIÓN PÚBLICA  
EN BRASIL**

**DETERMINATIONS OF CAPITAL, “EMPRESARIAMENTO” AND PUBLIC EDUCATION  
IN BRAZIL**

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.44475>

Vania Motta<sup>1</sup>

Olinda Evangelista<sup>2</sup>

Rodrigo Castelo<sup>3</sup>

O presente dossiê reúne estudos e pesquisas sobre as determinações do capital e o empresariamento na educação pública brasileira. O nosso objetivo é compreendê-las na perspectiva de totalidade, relacionando estrutura e superestrutura. À luz de Antonio Gramsci, consideramos que a análise daquelas determinações na presente correlação de forças também implica na distinção entre os momentos orgânicos e conjunturais, identificando as relações entre tais momentos e como se manifestam nas configurações das políticas públicas de educação. É importante não perder de vista que a dinâmica expansionista do capital tende a açambarcar progressiva e incessantemente as condições de reprodução social de povos e territórios espalhados ao redor do globo terrestre, subjugando-os à sua lógica e necessidade de impulsionar o processo de valorização do capital. É um processo sucessivo e intenso de expropriação e de transformação dos meios de vida – natureza, saúde, educação, previdência social, habitação entre outros – em capital, sujeitando cotidianamente a classe trabalhadora.

Hoje, essa tendência destrutiva das relações sociais capitalistas, como tem apontado Ricardo Antunes (2020) em suas pesquisas, chegou a patamares exorbitantes na corrosão do trabalho, degradação do meio ambiente e do mundo rural, sendo este convertido em agronegócio e em zona de extrativismo predatórios. Destacamos, ainda, a segregação urbana e rural e as exacerbações das opressões de raça, gênero, orientação sexual, étnicas, dentre outras. Como disse Karl Marx, a produção capitalista é “[...] uma dissipadora de seres humanos, de trabalho vivo, uma dissipadora não só de carne e sangue, mas também de nervos e cérebro.” (MARX, 2017, p.116)

A esse cenário de devastação veio se somar a pandemia do novo coronavírus. Trabalhadoras e trabalhadores de todo o mundo estão sofrendo a elevação da exploração e das taxas de desemprego, o rebaixamento salarial e o aumento da pobreza e da fome. No Brasil, tais expressões da “questão social” se mostram mais agudas dada a barbárie constitutiva do capitalismo dependente. Como apontou Virgínia Fontes (2010) em sua análise sobre o “capital-imperialismo”, estamos diante de um processo avassalador da própria vida humana. Junto à inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho, da crise orgânica do capital e do contexto pandêmico, enfrentamos um governo autoritário, reacionário, negacionista e genocida que escancara o caráter autocrático de nossas burguesias em sua pior face, a protofascista. No entanto, se, por um lado, a tragédia se instala para a classe trabalhadora, por outro, frações da burguesia festejam as possibilidades de negócios suscitadas pela crise orgânica. Significativas frações das classes dominantes se locupletam com o atual cenário de crise e lucram como nunca, conforme atesta o ingresso de 11 novos magnatas no seleto time de bilionários brasileiros.

Um dos alvos prioritários da ofensiva burguesa é justamente a educação. Grandes conglomerados financeiros avançam nas formas de empresariamento, privatização, mercantilização, mercadorização e financeirização dos sistemas educacionais. Cnicamente, frações burguesas se fortalecem no âmbito político-ideológico nas disputas pelas políticas públicas da educação, seja por meio de parcerias público-privadas e da atuação de seus aparelhos privados de hegemonia (APH), seja ocupando espaços nos aparelhos estatais, a exemplo do Conselho Nacional de Educação. Em aliança com a grande mídia, os intelectuais orgânicos do capital e seus respectivos APHs – muitos deles organizados em torno do Todos pela Educação – cumprem a tarefa de difundir a ideologia burguesa e atuar junto ao Congresso Nacional como um Ministério da Educação paralelo, se apresentando como paladinos da eficiência produtiva e salvadores da educação em razão da inoperância do Estado. Conforme destacam Roberto Leher, Paolo Vittória e Vania Motta (2017, p. 18), presencia-se a articulação de uma agenda reacionária, dirigida, entre outros, pelo Escola sem Partido, e de uma agenda reformista burguesa, comandada pelo Todos pela Educação.

Enfatizamos que a educação em todos os seus níveis é capturada paulatinamente na reprodução capitalista: funciona como espaço de produção de valor e como potencial fonte de extração de mais-valor. A educação subsumida à lógica da mercadoria tanto lança o processo educativo em si e suas ferramentas de ensino-aprendizagem nos circuitos mercantis de consumo da classe trabalhadora, como também engloba o próprio processo de qualificação/capacitação da força de trabalho, potencializando a extração de mais-valor. E o processo educativo mais amplo dá coerência ético-política a um determinado bloco histórico para sustentar a supremacia burguesa, formatando um novo conformismo.

Para lograr êxito no fortalecimento da sua supremacia, as classes dominantes brasileiras, em larga medida apoiadas pelas burguesias internacionais, operam um *mix* de medidas consensuais e ditatoriais para a desorganização da classe trabalhadora, decapitando seus intelectuais coletivos com o objetivo de obstaculizar a formulação de projetos autônomos e alternativos ao modo de produção capitalista. Como indicou Gramsci (2002, p.244), uma hegemonia que não se distingue da ditadura, uma “hegemonia couraçada de coerção.”

Ainda no âmbito da educação, verificamos a intensificação da expropriação de saberes, da coisificação, da subsunção formal e real do trabalho ao capital, da superexploração da força de trabalho e da precarização das relações laborais em diferentes graus e dimensões, seja no setor privado ou público. Todas as categorias profissionais da educação são afetadas. No tocante ao trabalho docente, rápida e extensivamente cresce o número de professoras e professores com contratos de trabalho temporários e na informalidade, com sobrecarga profissional, falta de perspectiva de uma carreira, baixa remuneração, condições de trabalho degradantes, ausência de salário no período de férias, aumento das doenças laborais. O “preariado professoral”, como designa Amanda da Silva (2020), vem constituindo uma fração ampla e crescente do professorado brasileiro nas últimas décadas. Vive sob uma constante instabilidade pessoal e profissional; experimenta a flexibilidade salarial, trabalho atípico e diferentes formas de subcontratação: terceirização, pejotização e uberização. Conforme adverte a pesquisadora, a intensificação do processo de precarização do trabalho docente também atinge o “professorado estável formal”, o servidor público concursado, sobretudo, com a reestruturação das redes de ensino sob a lógica empresarial de resultados e racionalização dos custos, além da ampliação do trabalho voluntário.

Todo esse quadro apresenta, conforme discorre Olinda Evangelista (2017), as “várias faces da tragédia docente no Brasil” resultantes da “reconversão docente”, propugnada pelas agências internacionais do grande capital para ajustar a educação escolar ao projeto burguês neoliberal. Enquanto o Banco Mundial financia parte da reforma do ensino médio, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ajuda a definir a concepção do capital de qualidade da educação por meio de sistema de avaliação em larga escala. O Fundo Monetário Internacional (FMI), por sua vez, agrega a preocupação com a queda na renda dos estudantes como efeito da pandemia e a Unesco propaga seus pilares pedagógicos, entre eles, “aprender a ser”, “aprender a aprender” e “aprender a empreender”.

Para trazermos outras determinações contemporâneas da atual conjuntura, mas sem esgotar o quadro, temos, a partir da pandemia decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2020, o aprofundamento da implementação de pacotes tecnológicos nas instituições escolares e universitárias para viabilizar o ensino remoto em larga escala. De um lado, esta medida se mostrou necessária em um período que devemos defender, de todas as maneiras, medidas emergenciais de distanciamento social e de proteção à vida. De outro, e aqui a contradição se agrava profundamente, o ensino remoto é uma das pontas de lança do grande capital para substituir trabalho vivo por trabalho morto, aumentando o exército industrial de reserva do setor educacional, e levar à subsunção real do trabalho ao capital a um patamar até então inimaginável, desarmando as organizações combativas das e dos profissionais da educação.

Vale destacar que o processo de aprofundamento da subsunção real do trabalho ao capital pela via do ensino a distância vem desde a primeira década do século XXI. Lá observamos a formação dos grandes conglomerados educacionais do capital financeiro financeirizado e seus cursos EaD, impulsionados pelos programas ProUni e pelo crédito do Fies (BRETTAS, 2019) e por projetos governamentais, como a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Porém, este processo ganhou fôlego e novas dimensões com os propagados ensinos remoto e híbrido na pandemia – hábeis soluções de organismos internacionais e de

grandes corporações que comercializam suas plataformas e pacotes de serviços tecnológicos, sob a tutela do Estado e por meio da punção de recursos públicos. Algumas universidades públicas e redes básicas registram, em suas instâncias deliberativas, a adoção de modelos híbridos de ensino, confirmando expectativas que apontavam a transformação de medidas emergenciais e temporárias em permanentes e estruturais.

Toda essa ofensiva burguesa, hegemônica pelas frações rentistas do grande capital financeiro, é lastreada pela política macroeconômica e legislação neoliberais adotadas nos últimos 25 anos. O superávit primário, as metas inflacionárias, o câmbio flutuante, os juros altos, a tributação regressiva, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Desvinculação de Receitas da União (DRU) direcionam recursos bilionários, ano após ano, para o enriquecimento dos detentores dos títulos da dívida pública que, em média, absorvem 45% do orçamento federal. Diante desta pilhagem do fundo público operado pela alta burguesia rentista, os gastos sociais são os mais impactados e os recursos da educação não ficam de fora. A situação se agrava a partir da Emenda Constitucional 95, que criou limites constitucionais para os gastos sociais. É o que podemos chamar de constitucionalização da supremacia rentista. (CASTELO, 2017)

De forma geral, nas instituições federais de ensino superior vivenciamos a intensificação dos processos de trabalho, o produtivismo das agências de fomento, a via não-clássica de privatização por meio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e das fundações de apoio, a terceirização da força de trabalho das técnicas e dos técnicos administrativos, a bolsificação da assistência estudantil, os ataques à autonomia universitária com a nomeação de reitores não eleitos pelas suas respectivas comunidades e da atuação do Escola sem Partido, por exemplo. Nas instituições estaduais, a realidade é muito similar e, em alguns casos, como os de cortes nos orçamentos e congelamento de salários e progressões e promoções na carreira, são ainda mais graves.

Temos, em suma, nas redes privadas e públicas da educação básica ao ensino superior um projeto de largo alcance do grande capital financeiro financeirizado voltado ao rebaixamento dos salários, à intensificação das jornadas de trabalho, à expropriação de saberes profissionais (tácitos ou formais), ao aumento do desemprego, à precarização das relações laborais, à transformação de professoras e professores em tutores e monitores e a segregação “da grande maioria dos estudantes pauperizados, provenientes das famílias que lutam, arduamente, pela sobrevivência.” (COLEMARX, 2020, p.22) Esse quadro foi sendo desenhado sob a moldura de lutas e resistências: ocupações de escolas e reitorias, greves municipais, estaduais e federais, protestos massivos em todo o Brasil no 15M (15 de maio de 2019), que registrou as primeiras grandes manifestações populares contra o governo profascista de Jair Bolsonaro.

No dossiê em suas mãos, na seção **Debate**, apresentamos 18 artigos de especialistas no tema das determinações do capital, empresariamento e educação pública no Brasil. Abre-o o texto de Roberto Leher a respeito das recentes medidas da reforma administrativa do Estado e o avanço da mercantilização da educação. Em seguida, Georgia Cêa levanta o tema das parcerias público-privadas no crescimento da lógica mercantil na educação como um todo. Allan Seki apresenta suas pesquisas sobre a financeirização do ensino

superior no Brasil desde os anos 1990 até a presente década, enquanto Fábio Garrido e Maria Rosimary dos Santos discorrem sobre como as parcerias público-privadas aprofundam a privatização, a mercantilização e a financeirização da educação no âmbito da educação infantil em Belo Horizonte (MG). O quinto artigo é assinado por Carolina Catini e aborda as novas formas de captura da educação como trabalho e como ideologia na lógica empresarial. Paulo Tumolo, André Oliveira e Juliane Bueno, com base na teoria do valor marxiana, analisam a privatização da educação superior no Brasil.

Em seguida, temos um bloco de textos baseados na obra de Antonio Gramsci e seus debates sobre hegemonia e educação. Fabrício Silva e Rodrigo Lamosa analisam a ofensiva do Movimento Brasil Competitivo na educação básica brasileira, organização que busca reafirmar a hegemonia burguesa sob novas bases. André Martins e Luiger de Castro pesquisam fontes documentais do Sebrae e seus projetos educacionais de formação de professoras e professores na área do empreendedorismo, enquanto Livia de Mello examina criticamente como a Confederação Nacional da Indústria disputou a direção das reformas do Novo Ensino Médio.

Os três textos posteriores investigam o tema do ensino remoto em tempos de pandemia. Juliana Melim e Livia Moraes analisam os impactos da implementação do ensino remoto nas universidades públicas brasileiras e sua articulação com a ofensiva neoliberal ainda vigente. O artigo de Eblin Farage, Arley da Costa e Letícia da Silva apresenta, com base em pesquisa na Universidade Federal Fluminense, os desdobramentos do ensino remoto nas condições de trabalho docente e do estudo discente. E Luciane Nascimento e Andreia da Cruz se debruçam sobre a expansão do ensino a distância em cursos de graduação, com destaque às licenciaturas.

Rodrigo Anes, em uma revisão teórica, escreve a respeito das transformações contemporâneas do mundo do trabalho e seus rebatimentos na educação superior. Kassandra de Sousa e Rita Gonçalves trazem contribuições para pensarmos o empresariamento da educação na era neoliberal no Brasil e os retrocessos na democracia social. Maria Carolina Andrade, Juliana Argollo e Marco Lamarão discutem as ligações entre o chamado novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a tramitação do Sistema Nacional de Educação (SNE). Débora Goulart e Felipe Alencar apresentam uma análise crítica do Programa Inova Educação da rede estadual paulista, baseada na teoria gramsciana e no levantamento de fontes primárias da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Francine Helfreich, Stephanie Salgado, Rejane Machado e Luana Mayer abordam a reabertura das escolas municipais em Niterói (RJ) na pandemia e os interesses empresariais envolvidos na campanha de volta às aulas. A seção **Debate** é encerrada com o artigo coletivo de autoria de Bruno Gawryszewski, Marília Bovolenta e Maria Eduarda Farias, no qual se examinam a formação técnica em enfermagem e as dimensões da mercantilização e da mercadorização presentes em tais cursos.

A seção **Artigos** é iniciada com um conjunto de reflexões sobre a obra lukacsiana ou redigidos sob a sua inspiração. É uma singela homenagem prestada pela Geminal ao grande filósofo magiar que nos deixou há 50 anos, no dia 4 de junho de 1971. O primeiro texto publicado é *A construção marxista de O jovem*

*Hegel de Lukács*, escrito pelo filósofo italiano Antonino Infranca e inédito até agora. A partir de uma tradução realizada solidariamente por Ranieri Carli, o público brasileiro tem acesso a uma excelente introdução a um dos livros mais importantes de Lukács, tido por István Mészáros como a grande obra-prima do seu mestre. Em seguida João Leonardo Medeiros apresenta uma contundente crítica ao irracionalismo no tempo presente e seus fundamentos enraizados nas teorias pós-modernas. Simone Valentini, em *A decadência ideológica do pensamento burguês*, também aborda, numa chave crítica, a corrente pós-modernista como expressão do capitalismo contemporâneo e da hegemonia burguesa na atual época irracionalista. Encerrando nossa homenagem a Lukács, temos o artigo de José Deribaldo Gomes dos Santos a respeito da autonomia da esfera artística em relação à religiosa, um estudo baseado nos livros da *Estética* lukacsiana.

Antonio Dário Lopes Jr., Ruth Gonçalves e Betânea Moraes escrevem sobre os textos engelsianos e suas influências na psicologia histórico-cultural, com destaque para os temas de trabalho, linguagem e humanização do ser humano. Aline Pereira e Elenice Oliveira apresentam os resultados das suas pesquisas acerca de um diálogo entre as revolucionárias russas Nadezhda Krupskaya e Alexandra Kollontai sobre a autonomia das mulheres trabalhadoras. Maria Elizete Oliveira, Maria Cleide Barroso e Francisca Holanda discutem o *Poema pedagógico* de Anton Makarenko e suas contribuições à educação. Camila Souza, a partir de uma pesquisa no campo do trabalho e da educação, argumenta sobre o caráter ontológico-epistemológico do materialismo histórico na produção do conhecimento. O artigo coletivo de Mauro Vieira, Rômulo de Oliveira e Justino de Sousa Jr. investiga a relação entre educação e emancipação humana lastreada na categoria de práxis.

Em seguida, a Educação Física é tema de dois artigos. O primeiro é assinado por Leonardo Silveira e Guilherme Rostas e discute a precarização das condições de trabalho das professoras e dos professores de Educação Física no Brasil. O segundo foi escrito por Gislei Scapin e Maristela da Silva Souza e versa a respeito da disciplina de Educação Física na reprodução do capital tendo em vista a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Andrea Cunha Matos traz o debate das contribuições do marxismo para os estudos sobre gênero, saúde e trabalho, com ênfase na superexploração da força de trabalho feminina. Por fim, Luca Ribeiro Nicola apresenta um artigo sobre a histórica relação da ideologia do determinismo biológico com a extrema-direita, atualizando o debate para o tempo presente.

Na seção **Entrevista**, o Comitê editorial da revista conversou – por meio eletrônico, respeitando as normas sanitárias de distanciamento social – com Gaudêncio Frigotto, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com vasta produção na área da economia política da educação. Nesta entrevista, Frigotto, no âmbito da tradição marxista, realiza uma análise de conjuntura com diversas facetas do atual momento histórico, desde a pandemia até os recentes ataques do grande capital e seus aliados à educação pública no Brasil, sem deixar de levar em conta as resistências da classe trabalhadora, de hoje e de ontem. A entrevista finaliza com a doce celebração dos 150 anos da Comuna de Paris!

A seção **Clássico** traz a análise de um conjunto de documentos inéditos a respeito do movimento comunista brasileiro. A professora Anita Leocádia Prestes nos brinda com um texto sobre as cartas da família Prestes, muitas delas escritas no período de prisão política de Luiz Carlos Prestes na ditadura Vargas

(1937-45). O acento do texto está na solidariedade de classe cultivada pelas mulheres da família Prestes, notadamente Olga Benario Prestes, Leocadia (mãe de Luiz Carlos) e Ermelinda e Lygia (irmãs do Cavaleiro da Esperança), que resistiram bravamente a todas as agruras daqueles tempos sombrios de ascensão nazifascista. É uma grande honra para a revista veicular a apresentação desse material.

A última seção, tradicional na revista, traz três **resenhas** de livros, duas delas divulgando a obra de Georg Lukács. A resenha inicial é escrita por Ranieri Carli e analisa a primeira edição em português, lançada pelo Instituto Lukács, de *A destruição da razão*, um dos títulos mais polêmicos da vasta obra do marxista húngaro. A segunda, assinada por Anderson Deo, apresenta *Georg Lukács and the possibility of critical social ontology*, organizado por Michael J. Thompson e lançado pela editora Brill em 2020. A terceira resenha, de Paulo Henrique Mota, examina o livro de Christian Laval, *A escola não é uma empresa*, uma crítica à ofensiva neoliberal na educação pública na França (e no mundo).

As organizadoras e organizador, 28 de abril de 2021.

### **Referências**

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRETTAS, Tatiana. As bolsas, o crédito e os fundos: a financeirização do ensino superior no capitalismo dependente no Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.11, n.3, p.7-18, 2019.

CASTELO, Rodrigo. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. **Universidade e sociedade**, Brasília, ano XXVII, n.60, p.58-71, jul. 2017.

COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas**. *Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação: UFRJ*, 2017.

EVANGELISTA, Olinda. Faces da tragédia docente no Brasil. In: MOTTA, Vânia C.; PEREIRA, Larissa D. (Orgs). **Educação e Serviço Social: subsídios para uma análise crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017 (Coletânea Nova de Serviço Social; p.159-186).

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV; Ed. UFRJ, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v.3 (Maquiavel. Notas sobre Estado e a política). 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LEHER, Roberto; VITTÓRIA, Paolo; MOTTA, Vania. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.9, n.1, p.14-24, abr. 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

SILVA, Amanda Moreira da. Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Nova Iguaçu, v.5, n.9, p.587-610, jul.-dez., 2020.

Recebido: 29 de abril de 2021  
Aprovado: 29 de abril de 2021

\*\*\*

Este é o primeiro número publicado pelo novo Comitê Editorial da revista *Germinal*. Agradecemos, antes de tudo, a confiança e o apoio prestado pelo antigo comitê – formado pelas professoras Elza Peixoto e Maria de Fátima Rodrigues Pereira e pelo professor Pedro Leão da Costa Neto – que tão bem conduziu a revista por doze anos, construindo um sólido legado crítico para as novas gerações marxistas e revolucionárias. Também agradecemos à Olinda Evangelista e Vania Motta, organizadoras do belo dossiê aqui publicado, a Anderson Deo pelo contato com Antonino Infranca, a Ranieri Carli pela primorosa tradução do artigo de Infranca, às/aos pareceristas pelas rigorosas análises dos textos enviados e às autoras e aos autores que confiaram na *Germinal* como veículo de debate científico e disputas ideológicas contra a hegemonia das classes dominantes.

Muito provavelmente cometemos erros ao longo do processo: uns devem ser debitados na nossa falta de experiência, outros na difícil conjuntura que passamos. Com o tempo, a inexperiência passará; já a conjuntura, não é o tempo que a modifica, mas a dinâmica das lutas de classes. Apesar dos percalços, desejamos, acima de tudo, manter o nível de excelência alcançado pela revista ao longo da sua trajetória e contribuir para a formação de uma consciência de classe capaz não só de barrar a ofensiva reacionária na educação e na sociedade como um todo, mas também de construir um projeto contra-hegemônico classista e autônomo das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Estamos firmes neste propósito.

**Novo comitê editorial, 29 de abril de 2021.**

---

### *Notas*

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social. Professora da Faculdade de Educação e da Pós-Graduação em Educação da UFRJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9019395807508288>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7946-928X>. Pesquisadora-líder do Coletivo de Estudos Marxismo e Educação (Colemarx) da UFRJ, junto com o prof. Roberto Leher. E-mail: [vaniacmotta@gmail.com](mailto:vaniacmotta@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Professora aposentada e voluntária no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Grupo de Investigação em Política Educacional (GIPE-Marx). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0652113284096519>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5360-2521>. E-mail: [olindaevangelista35@hotmail.com](mailto:olindaevangelista35@hotmail.com).

<sup>3</sup> Doutor em Serviço Social. Professor da Escola de Serviço Social da Unirio. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9080597950497381>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8927-1055>. Pesquisador do Grupo de Trabalho sobre teoria marxista da dependência da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). E-mail: [rodrigo.castelo@unirio.br](mailto:rodrigo.castelo@unirio.br)